

HABERMAS, HONNETH E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: REPENSANDO DIAGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS

HABERMAS, HONNETH AND THE SOCIAL MOVEMENTS: RETHINKING DIAGNOSTICS AND ALTERNATIVES

*Hélio Alexandre da Silva*¹

Resumo: O objetivo desse texto é discutir o diagnóstico, em grande medida partilhado por Jurgen Habermas e Axel Honneth, que aponta para um deslocamento dos atuais movimentos sociais que se afastariam de demandas anti-sistêmicas, leia-se anticapitalistas, para orientarem suas lutas na direção da reivindicação da solução de problemas específicos (ambientais, étnico-raciais, gênero, entre outros). Nesse sentido, serão apresentados elementos presentes em um dos movimentos sociais mais presentes no cenário social brasileiro, a saber, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como expediente capaz de ancorar na realidade uma perspectiva de análise do tempo presente que permita pensar movimentos sociais que articulem anticapitalismo e demandas específicas. Com isso, pretende-se contribuir para que a Filosofia social mantenha em sua agenda uma perspectiva anticapitalista.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Anticapitalismo. Habermas. Honneth.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the diagnosis largely shared by Jurgen Habermas and Axel Honneth, which points to a shift of the current social movements to put away anti-systemic (anti-capitalist) to guide their struggles toward claim specific troubleshooting (environmental, ethnic, racial, gender, etc.). In this sense, It will be discussed elements present in one of the actual social movements in the Brazilian social scene, namely, the Landless Workers Movement, as expedient capable of anchoring in a present time an analytical perspective that allows to consider social movements anti-capitalist and articulate them with specific demands. Thus, it is intended to contribute to the social philosophy keeps on its agenda an anti-capitalist perspective.

Keywords: Social movements. Anti-capitalism. Habermas. Honneth.

Uma das formas de circunscrever o objetivo amplo do presente trabalho é mostrar como a ausência de um diagnóstico profundo do social, que se esforce em considerar a complexidade do presente, pode ser crucial para diminuição da densidade crítica de um pensamento filosófico voltado para o social.

Nesse aspecto, é particularmente notável que a construção e o estabelecimento da Filosofia no Brasil enquanto atividade acadêmica se desenvolveu de modo que as disciplinas filosóficas se sedimentaram de tal forma que, curiosamente, a questão social não exigiu a criação e o desenvolvimento de uma área de investigação como a Filosofia

¹Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP/Marília em 2009. E-mail: helioale@yahoo.com.br

social². Embora isso jamais tenha significado a ausência de questões sociais dentre os temas presentes no cada vez mais amplo leque de pesquisas produzidas pela Filosofia acadêmica no Brasil, não deixa de ser relevante notar, entre nós, sua ausência enquanto disciplina/área específica da Filosofia. Essa questão se faz ainda mais relevante dada a flagrante influência do pensamento francês e alemão na construção do espírito que dirigiu os trabalhos filosóficos produzidos na academia brasileira. A tradição filosófica produzida nesses países permitiu que a Filosofia social se tornasse uma área do saber que ocupa lugar considerável dentre as demais disciplinas filosóficas.

Bem entendido, destacar a relevância de um diagnóstico do social – que considere inclusive pesquisas empíricas e dados obtidos através de *surveys* – não exclui a necessidade que a Filosofia social possui de estabelecer normas que orientem a crítica, mas garante que essas normas se constituam a partir de um necessário ancoramento no real. Voltaremos a esse ponto mais adiante. Por hora, basta destacar que, se tomarmos como referência os estudos desenvolvidos por Horkheimer na década de 30, torna-se ainda mais surpreendente a tendência recente de diminuição de pesquisas sociais no âmbito do pensamento crítico. Parcela importante dos trabalhos críticos atuais opera como se a “pesquisa social não fosse prioritária em face da primazia conferida às questões normativas”. Atualmente são muitas as razões que afastam a Filosofia social da pesquisa social; ainda que desenvolver tais questões não seja o propósito aqui, vale apontar que “a forma específica como estão organizadas as universidades, no quadro restritivo da pesquisa científica, [...] dificilmente admite a cooperação entre filósofos e pesquisadores empíricos (VOIROL, 2012, p.82)³.

Frente a essa dificuldade, abre-se um déficit social que surge como tendência dominante nos últimos anos no interior do pensamento crítico – o trabalho que aqui se apresenta pretende abordar uma das faces em que a questão social pode ser investigada a partir de uma visada filosófica. Em termos mais específicos, trata-se aqui de partir de

² Para uma bibliografia que discute as características e contornos da Filosofia social ver: FISCHBACH, Franck. *Manifeste pour une philosophie sociale*. Éditions La Découverte, Paris, 2009. HABER, Stéphane. “Renouveau de la philosophie sociale”. In: *Esprit*, n° 383, 2012. HONNETH, Axel. *Pathologien des Sozialen: Tradition und Aktualität der Sozialphilosophie*. In: _____. *Das Andere der Gerechtigkeit: Aufsätze zur praktischen Philosophie*. Frankfurt am Main : Suhrkamp, 2000. HORKHEIMER, Max. *Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie und die Aufgaben eines Instituts für Sozialforschung*. In: *Gesammelte Schriften. Schriften 1931-1936*. Frankfurt am Main: Fischer, 1988. Band 3.

³ No entanto, incentivar essa colaboração sempre foi um dos principais objetivos seguidos pelo Instituto sediado em Frankfurt: “A pesquisa social promovida no Instituto de Pesquisa Social devia se desenvolver por meio das técnicas mais atuais de investigação social, ao passo que a apresentação completa desse trabalho, no quadro de uma nova síntese teórica, devia ser a tarefa da Filosofia social” (VOIROL, 2012, p.88. grifo meu).

um brevíssimo panorama acerca das características da Filosofia social para então discutir o diagnóstico acerca dos movimentos sociais produzido por Jurgen Habermas e Axel Honneth⁴ e como esses diagnósticos influenciam os autores na construção de seus respectivos modelos teóricos.

Ademais, cumpre apresentar aqui, ainda que sumariamente, alguns dos principais contornos da Filosofia social, que se mostram capazes de orientar o que pretendo apresentar ao longo do texto. Nesse sentido, ela deve ser capaz de: (1) distinguir a sociedade do Estado; o social do político. (2) ser um pensamento inscrito no contexto social; uma prática teórica ligada a outras práticas que constituem um contexto histórico no interior do qual ela mesma está situada. (3) Fazer um diagnóstico de época e, ao mesmo tempo, conhecer as características próprias que singularizam seu tempo em relação às épocas anteriores. (4) Produzir uma crítica da sociedade através de um determinado ponto de vista avaliador. Para que a Filosofia social seja de fato uma Filosofia é preciso que ela não apenas descreva a realidade social, mas também que não renuncie a avaliá-la e criticá-la – o que supõe uma reflexão acerca das *normas e dos critérios* em nome dos quais essa avaliação deve ocorrer. (5) A Filosofia social deve se dirigir aos atores sociais (destinatários) capazes de se apropriar dos resultados da teoria e agir de forma transformadora e emancipatória.⁵ Dentre os princípios apresentados, os três últimos serão de particular importância para a presente discussão.

De maneira um tanto esquemática, é possível afirmar que, de acordo com Habermas e Honneth, o caráter plural dos novos movimentos sociais, os quais ganharam o espaço público no fim dos anos 60 e início dos 70 do século passado, permite compreender que a busca por potenciais emancipatórios não pode mais residir na crítica anticapitalista. Isso porque a relação capital \times trabalho perdeu sua centralidade e as demandas dos novos movimentos sociais, no mais das vezes, se voltam para a reparação do sofrimento social, da opressão, das injustiças ligadas a questões ambientais, étnicas, de gênero etc. Nesse sentido, uma teoria que se pretenda crítica deveria perseguir especialmente as demandas por maior participação nos processos de formação da

⁴ Vale ressaltar, muito embora soe elementar, que as teorias de Habermas e Honneth não podem ser tomadas como intercambiáveis. Ainda que ambos partilhem de um mesmo campo teórico comum, não seria exagero afirmar que Honneth constrói sua teoria em grande medida contra Habermas. O que nos permite aproximá-los aqui é o fato que ambos partilham o mesmo diagnóstico geral que tende a *subvalorizar* os movimentos sociais que possuem pautas anticapitalistas.

⁵ Cf. “Les caractères de la philosophie sociale” in: FISCHBACH, Franck. *Manifeste pour une philosophie sociale*. Éditions La Découverte, Paris, 2009. p.63 ss.

opinião e da vontade através de procedimentos democráticos de deliberação. Dito de outro modo, o diagnóstico de tempo aponta para um redirecionamento das demandas dos movimentos sociais na direção da luta pela correção de injustiças; com isso, há um desmembramento entre essas demandas e aquelas de natureza sistêmica ligadas diretamente à forma com que operam as democracias capitalistas. Sob esse ponto de vista, a economia política torna-se “apenas” mais um foco de produção de injustiças, o que não exige que ela seja tomada a partir de uma visada sistêmica.⁶

Assim é possível afirmar que, a partir do início dos anos 80, há uma clara tendência teórica em se afastar pouco a pouco, mas de forma aparentemente definitiva, de um posicionamento anticapitalista; no caso de Habermas, isso se dá especialmente a partir da *Teoria do agir comunicativo* (1981)⁷. Um dos caminhos a ser perseguido por aqueles que pretendem construir uma crítica a esse posicionamento de Habermas deve, evidentemente, ser capaz de apontar se ainda é possível encontrar movimentos sociais que mantêm, em alguma medida, uma orientação política que possua aspectos anticapitalistas entre suas demandas. Isso porque conhecer as características próprias que singularizam sua época é uma das exigências de um trabalho de Filosofia social. Nesse sentido, é possível elaborar da seguinte maneira a questão que vai orientar este trabalho: Atualmente é possível afirmar que há movimentos sociais que carregam entre suas demandas elementos anticapitalistas? Se sim, quais as características (princípios teóricos e ações concretas) que nos permitem fazer esse tipo de afirmação? Essa questão pretende tornar possível uma espécie de mapeamento provisório de um movimento social específico, a saber, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no sentido de eleger aspectos que possam ser compreendidos, direta ou indiretamente, enquanto sinais que apontam para uma atitude anticapitalista. Com isso procurarei mostrar que esse elemento crítico, ao contrário do que Habermas e Honneth permitem

⁶ Esse ponto é apresentado por Albená Azmanova quando ressalta que os movimentos sociais, ao se voltarem para correção das “assimetrias de poder” terminam por obliterar “a dimensão sistêmica da dominação”. Por isso, seria necessário contar com o redirecionamento das demandas dos movimentos sociais no sentido de compreender que a geração da dominação está ancorada na “economia política do capitalismo democrático”. (AZMANOVA, Albená. *Crisis? Capitalism is doing very well. How is Critical Theory?* In: *Constellations*, vol. 21. nº3, 2014. p.335). Entretanto, se a “virada democrática” da Teoria Crítica, como destaca Azmanova no mesmo texto, é produto de um diagnóstico acerca dos movimentos sociais, então o distanciamento da economia política seria justificado na medida em que estaria ancorado em uma mudança da realidade que exigiria também uma mudança na teoria. Porém, o que pretendo discutir aqui é exatamente esse diagnóstico acerca dos movimentos sociais que afirmam seu distanciamento de pautas anti-sistêmicas.

⁷ Para Pinzani, essa “obra-prima” de Habermas “representa a tentativa de elaborar a ‘nova’ teoria crítica da sociedade que é objeto de seu pensamento desde os anos de 1960” (Cf. PINZANI, Alessandro. *Habermas*. Artmed: São Paulo, 2009. p. 97).

sugerir, não apenas está presente na pauta dos atuais movimentos sociais, como constitui um elemento incontornável para um dos movimentos organizados mais presentes no cenário político social brasileiro das últimas décadas⁸.

1. Compreendendo o diagnóstico teórico

O quadro político mundial passou por grandes transformações entre o fim da década de 60 e início da década de 90 do século passado. Com isso, inevitavelmente, tanto as formas de intervenção na realidade quanto as formas teóricas de interpretá-la também se modificaram. Os movimentos que surgem, especialmente a partir das sublevações de 68, deram nova roupagem às lutas sociais, reconfigurando o espaço público e revelando a emergência e a diversificação desses movimentos. Uma das respostas a essa diversificação ocorrem a reorientação das formas de organização do sistema capitalista que, pouco a pouco, se desfaz das antigas estruturas fordistas e tayloristas de organização do trabalho⁹. Nessa mesma onda de transformações e mundialização da economia, a paisagem política deixa refletir a antiga bipolarização entre o bloco socialista/soviético e o mundo capitalista. Na América Latina, nesse contexto, há um arrefecimento gradual e definitivo da luta armada como forma de transformação social e superação do capitalismo; tais formas de luta dão lugar a reivindicações por maior participação e institucionalização de demandas de natureza democratizante e socializante. É nesse sentido que Habermas pode afirmar a existência de um dilema segundo o qual “o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado social nem coexistir com sua expansão contínua” (HABERMAS, 1987, p.109). Estaríamos então diante de uma espécie de “esgotamento das energias utópicas” cristalizadas “em torno do potencial de uma sociedade do trabalho” que denunciaria, por

⁸ Há vasta literatura que aponta para esse dado. Ver: LOPES, João Marcos de Almeida. “O dorso da cidade: os sem terra e a concepção de uma outra cidade”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Anpocs/Relume e Dumará, 1995. NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. MARTINS, Mônica Dias. “The MST challenge to neoliberalism”. *Latin American perspectives*. 27, 2000, entre outros.

⁹ Vale lembrar aqui, como nos alerta Streek (2012), que o capitalismo não deve ser tomado como um sistema que tende ao equilíbrio, mas ao contrário, ele é caracterizado por uma “tensão que faz do desequilíbrio e da instabilidade a regra, e não a exceção”. Isso significa que os movimentos sociais dos anos 60 contribuíram para a reconfiguração do capitalismo daquela época, porém não é possível afirmar que sem eles o sistema se manteria exatamente como era antes.

sua vez, “um dos estados de ânimo passageiros do [atual] pessimismo cultural” (HABERMAS, 1987, p.105).

A partir dessas mudanças no quadro histórico e social, as teorias que pretendiam manter o horizonte da busca pela emancipação da dominação também se reconfiguraram. De forma esquemática, pode-se perceber que surgem correntes teóricas que se reivindicam críticas e não tomam como ponto central o conteúdo do capitalismo, mas apenas a questão do não acesso de parte importante da sociedade ao que é produzido por ele, o que as aproxima das tendências que se orientam politicamente pelo *there is no alternative*. O que Anselm Jappe ressalta acerca de certa interpretação de Marx que se tornou hegemônica a partir do início do século XX pode nos ajudar a elucidar um pouco mais essa questão.

O autor alemão erradicado na Itália afirma que para grande parte das correntes teóricas que surgem a partir da ebulição social do fim dos anos 60, o valor e o dinheiro, o trabalho e a mercadoria não são [...] concebidos enquanto categorias negativas e destruidoras da vida social. No entanto, era isso o que Marx havia feito [...] sobretudo na primeira seção de *O Capital* (JAPPE, 2014, p. 2)¹⁰. Para Jappe, a reconfiguração histórica, em grande medida produzida pelos movimentos sociais herdeiros das revoltas de 68, nos ajuda a compreender a opção de algumas correntes pelo distanciamento lento e gradual do exercício teórico anticapitalista. Dentre os teóricos que partilham desse distanciamento Habermas¹¹ seguramente ocupa uma posição de destaque, entre outras razões, graças ao diagnóstico segundo o qual os novos movimentos sociais também teriam progressivamente se afastado desse horizonte. É nesse sentido que se torna relevante a análise dos atuais movimentos sociais com intuito de investigar a existência

¹⁰ Aliado ao caráter negativo de certas categorias próprias ao capitalismo, que tem potencial destruidor da vida social como destaca Jappe, e ainda, embora seja possível afirmar que as relações sociais carregam consigo a forma específica do processo de produção material da vida, por outro lado, com Marx, é também possível destacar que “o caráter *social* é, pois, o caráter geral de todo o movimento; *assim* como é a própria sociedade que produz o *homem* enquanto *homem*, assim também ela é produzida por ele” (MARX, 2004, p.106. grifos do autor). Portanto, as possibilidades de superação dos obstáculos postos pelos capitalismo está, entre outros aspectos, assentado na capacidade de identificar as potencialidades inscritas no real, mesmo que os atores sociais sejam influenciados por seu modo de produção.

¹¹ Para uma investigação acerca dos trabalhos de Habermas em que a questão da crítica ao capitalismo ainda figura de forma mais incisiva Cf. Da Hora Pereira, Leonardo Jorge. *A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2012. Recentemente, julho de 2013, no contexto de uma discussão com Wolfgang Streek acerca da mais recente crise europeia, Habermas retoma o tema da relação capitalismo x democracia, porém sem acreditar na existência de qualquer crise de legitimação capaz de questionar as bases do capitalismo. Cf. Habermas, J. *Democracy or Capitalism? On the Abject Spectacle of a Capitalistic World Society fragmented along National Lines*, in: <http://www.resetdoc.org/story/00000022337>. última consulta em 31/01/2016.

possível de princípios e ações políticas capazes de operar criticamente em relação às teorias que mantêm a busca pela emancipação da dominação como norte, porém abdicam de um posicionamento anticapitalista como elemento incontornável para o trabalho crítico. A perspectiva assumida por Habermas – mas em grande medida também por Axel Honneth – permite que a realidade seja compreendida de modo semelhante ao que Jappe ressalta criticamente, isto é, de tal modo que “o valor e o dinheiro, o trabalho e a mercadoria não mais constituam categorias a serem abolidas, mas elementos naturais de toda vida humana, dos quais era preciso apropriar-se para administrar diferentemente” (JAPPE, 2014, p. 2).

Partidário da tendência teórica que pouco a pouco abandona o anticapitalismo como elemento incontornável para o exercício da crítica, Habermas, ao se referir ao perfil que os novos movimentos sociais ganharam a partir do fim da década de 70 e começo dos anos 80 do século passado, afirma que “os novos conflitos não são deflagrados por problemas de distribuição, mas se preocupam com a *gramática das formas de vida*” (HABERMAS, 1981, p.33). Para o autor alemão, os novos movimentos sociais podem ser reduzidos a dois gêneros: os defensivos e os ofensivos. Os defensivos visam à defesa de direitos e o respeito a signos morais, éticos e culturais; os ofensivos visam a alcançar ganhos no interior do quadro político-social. O feminismo seria um exemplo do segundo gênero. Contudo, os movimentos circunscreveriam sua atuação, em sua maioria, ao campo da “reação a *situações problema* específicos” (HABERMAS, 1981, p.35). De todo modo, Habermas ainda compreende que há uma arena pública capaz de “determinar a forma da cultura política” atuando contra aquilo que Gramsci chamou de cultura hegemônica. Assim, os movimentos presentes nessa arena, notadamente os ecologistas e os feministas, poderiam ainda transformar a “gramática das formas de vida” (HABERMAS, 1987, p. 113).

Vale notar que o posicionamento de Habermas em relação aos novos movimentos sociais está em grande medida em consonância com sua reconhecida teoria do discurso tornada pública no início dos anos 80. A distinção teórica, já amplamente discutida, entre sistema e mundo da vida também é um aspecto relevante nesse contexto. Tal distinção pretende identificar duas esferas sociais que seriam responsáveis pela reprodução material e pela reprodução simbólica da sociedade, em relação às quais se desenvolveriam dois tipos de racionalidade: a instrumental, que opera no âmbito do sistema; e a comunicativa, que opera no âmbito do mundo da vida. Desse modo, o sistema (economia e burocracia) calcula os melhores meios para alcançar os fins

necessários para o desenvolvimento e eficácia de suas pretensões. Assim, a partir de uma racionalidade instrumental, ele opera de modo livre e estratégico, isto é, sem a coerção de normas comunicativamente produzidas. O mundo da vida, por sua vez, é caracterizado pela capacidade de reprodução simbólica da sociedade através de normas construídas comunicativamente com vistas ao entendimento. Com esse quadro teórico, Habermas pretende mostrar as razões pelas quais aos novos movimentos sociais restaria pressionar o sistema no sentido de inverter a lógica de colonização do mundo da vida. Assim, a relação capital/trabalho não mais se colocaria enquanto conflito central, de tal modo que Habermas enxerga também nas reivindicações dos novos movimentos sociais o abandono progressivo de demandas anticapitalistas.

Do mesmo modo, nas últimas décadas, Axel Honneth construiu uma obra que, em grande medida, parte da análise do pensamento de Habermas e procura apontar limitações na abordagem discursiva do paradigma da intersubjetividade e suas implicações para a teoria crítica da sociedade. Poderíamos afirmar que o aspecto central de sua crítica está ancorado na tese de que as possibilidades da experiência interativo-comunicativa não podem ser resumidas ou tomadas exclusivamente na interação linguística, nem mesmo esta última pode ser perseguida em seu aspecto ideal sem a pressuposição dos contextos conflituosos nos quais ela sempre está inserida (HONNETH, 1991, p. 298-300). Honneth procura se contrapor à duplicidade das esferas racionais como “complexos institucionais”, tal como propõe a teoria do agir comunicativo de Habermas. Nesse sentido, ele critica também o caráter diferenciado do direito positivo na teoria discursiva habermasiana. Assim, tanto o domínio da racionalidade sistêmica quanto o da comunicativa têm suas raízes nas esferas sociais de geração das ações, e esse núcleo social não pode ser abstraído ou tomado secundariamente ¹², o que nos permite afirmar que as relações “enrijecidas” institucionalmente permeiam toda ordem social. Entretanto, o núcleo motivador e central dos desenvolvimentos e mudanças históricos encontra-se nas relações

¹² Embora isso não signifique que Honneth não se preocupe com os aspectos sistêmicos das relações sociais. Ele desenvolve uma reflexão preocupada, por exemplo, com a esfera do trabalho desde seus escritos de “juventude”, como *Work and Instrumental Action: On the Normative Basis of Critical Theory* (1995), publicado originalmente em 1980. Sobre essa questão, e mais especificamente sobre a reflexão possível do paradigma do reconhecimento acerca das “realidades econômicas” ou “materiais”, cf. SMITH, Nicholas H. *Work and the Struggle for Recognition* (2009), e sobre a teoria do reconhecimento como “revisão da concepção crítica do trabalho”, cf. MOLL, Karl N. *The enduring significance of Axel Honneth's critical conception of work* (2009).

comunicativas entre grupos integrados social e culturalmente.¹³

Nesse sentido, se para Habermas o mundo da vida era constituído por sujeitos falantes em relação de entendimento entre si, para Honneth, as relações sociais são mais bem compreendidas através da noção de reconhecimento, porque ela denota uma preocupação maior com a interação comunicativa e com as experiências sociais ancoradas nas relações e vivências concretas dos sujeitos.

O processo emancipatório no qual Habermas ancora socialmente a perspectiva normativa de sua Teoria Crítica não está de forma alguma refletido tal como um processo nas experiências morais dos sujeitos envolvidos. Pois eles vivenciam uma violação do que podemos chamar suas expectativas morais, isto é, seu ‘ponto de vista moral’, não como uma restrição das regras de linguagem intuitivamente dominantes, mas como uma violação de pretensões de identidade adquiridas na socialização. Um processo de racionalização comunicativa do mundo da vida pode desdobrar-se historicamente, mas não está refletido nas experiências dos sujeitos humanos como um estado moral de coisas (HONNETH, 1999, p. 328).

Honneth não compreende os sujeitos como “falantes” antes mesmo de se “reconhecerem”, o que implica uma ampla relação sensível, concreta e intrinsecamente conflituosa entre os sujeitos. Essa compreensão contrasta com a ênfase habermasiana no entendimento. A interação comunicativa, desse modo, é trabalhada por Honneth em um nível mais elementar, que pressupõe um novo conceito de ‘social’ que pode, segundo ele, decifrar adequadamente as fontes daquilo que em Habermas foi fracionado em mundo da vida e sistema. Honneth desloca para o centro da teoria as relações morais pré-linguísticas bem como as práticas e esferas ético-sociais e procura não abstrair os fenômenos patológicos, “exportando-os” para complexos de razão. Com isso, o autor não subestima o papel determinante dessas patologias na experiência “vivida” dos indivíduos e não negligencia o potencial de organização emancipatória contido nos movimentos e reivindicações por reconhecimento e dignidade. O conceito formal de eticidade e os modelos de liberdade comunicativa da teoria normativa da modernidade servem como critérios normativos para a avaliação dessas lutas sociais em referência ao seu caráter emancipatório ou reacionário.

Ao rejeitar o dualismo sistema x mundo da vida, Honneth não concebe as

¹³ Essa reflexão crítica de Honneth acerca de Habermas já foi exposta em outro lugar. Cf. SILVA, Hélio Alexandre; RAVAGNANI, Herbert Barucci. *Estruturas e fundamentos sociais: a leitura honnethiana de Habermas*. Trans/form/ação, Marília, v. 36, n. 2, p.155-178, Maio/Agosto, 2013.

patologias sociais como extrapolação de domínios de racionalidades, mas, antes, como fenômenos negativos advindos do interior mesmo das práticas e estruturas sociais que são concebidas de modo a compor o núcleo gerativo das ações e da possibilidade dos processos de formalização e institucionalização. Essa nova abordagem proposta por Honneth visa “elucidar categorialmente a realidade social” (HONNETH, 1999, p.324), deslocando o conflito social e os sentimentos de desrespeito e injustiça para o centro da teoria. Ele realiza uma crítica ao projeto habermasiano, não rejeitando-o completamente, mas ampliando o seu alcance. Isso significa que o chamado paradigma da comunicação não é tomado apenas enquanto “teoria da linguagem” e sim como “teoria do reconhecimento”, de tal modo que a tônica deixa de ser o consenso e passa a ser os conflitos sociais (CUSSET, 1999, p.123ss).

Contudo, a crítica de Honneth ao pensamento habermasiano produz uma teoria fortemente devedora de princípios morais. Ao situar a luta por reconhecimento como aspecto central capaz de unificar as demandas dos movimentos sociais, o autor pretende também ancorar as possibilidades de emancipação nas lutas pela ampliação do reconhecimento moral e ético. Desse modo, uma posição pretensamente crítica do diagnóstico produzido por Honneth teria o ônus de mostrar a presença de movimentos sociais capazes de ampliar suas demandas para além da luta por reconhecimento.¹⁴ Nesse sentido, caberia o seguinte questionamento: a experiência do desrespeito e da injustiça seria capaz de produzir, ainda hoje, movimentos sociais capazes de articular suas demandas por reconhecimento a demandas anticapitalistas?

Como ao teórico crítico cabe “apresentar a gênese dos conflitos e de suas respectivas pretensões práticas” (MELO, 2011, p.260), pretendo agora retomar os princípios e ações políticas do MST, com intuito de ressaltar aspectos anticapitalistas como características incontornáveis desse movimento. Tal expediente pretende também ser capaz de produzir uma crítica que não seja externa ao problema em questão, mas que seja imanente a ele, no sentido de não procurar submeter as situações sociais às normas, mas procurar um julgamento que brote da análise das tensões e contradições da experiência social.¹⁵ Com isso, procuro acrescentar entre os movimentos sociais

¹⁴ Para um debate, já amplamente difundido, que apresenta críticas ao projeto honnethiano a partir de uma abordagem que privilegia a necessidade de pensar a redistribuição como elemento crítico incontornável, vale consultar: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York; London: Verso, 2003.

¹⁵ Análise dessa natureza pretende avaliar o contexto social específico a partir da experiência de indivíduos ou grupos e dos resultados de suas reações práticas, afetivas e cognitivas. Cf. RENAULT,

apresentados por Habermas e Honneth uma forma de organização social propriamente brasileira, que sugere uma ampliação do leque de reivindicações de tal modo que a “reação a problemas específicos” e a possibilidade de transformação “das formas de vida” caminhe ao lado de uma posição anticapitalista. Isso, contudo, sem reduzir as experiências reivindicativas às demandas por reconhecimento moral.

2. Repensando o diagnóstico, pensando alternativas

As teorias que se colocaram a tarefa de compreender a nova configuração dos movimentos sociais surgidos a partir de 68 tomam várias direções. Contudo, grande parte delas aponta para a superação de um modelo de conflito pautado pelos movimentos operários tendo suas demandas voltadas para a crítica econômica e reivindicações trabalhistas. Os chamados novos movimentos sociais colocaram na pauta de reivindicações questões étnico raciais e de cidadania, identidade, gênero, meio ambiente etc.. Desse modo, ampliaram as dimensões da luta política de tal modo que ela não se restringe ao âmbito econômico, tampouco ao estatal, e sim aos espaços das relações, do si mesmo dos indivíduos (MELUCCI, 2001). É nesse novo desenho social que surge o MST enquanto movimento social organizado no início dos anos 80, mais precisamente, em 1984. Como afirma Michael Löwy, o MST pode ser compreendido a partir de um misto de “religiosidade popular, revolta camponesa ‘arcaica’ e organização moderna, luta radical pela reforma agrária e, em longo prazo, [luta] por uma sociedade ‘sem classes’” (LÖWY, 2001, p.12).

A narrativa construída pelo próprio Movimento pretende inseri-lo no contexto da resistência dos indígenas e posteriormente dos escravos negros que compuseram a própria história da formação do Brasil. As lutas contra o “cativeiro, contra a exploração, [...] contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão [...] marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, das lutas dos imigrantes, da formação das lutas camponesas”. Esses conflitos desaguariam, atualmente, no necessário desafio de “enfrentamento constante [do] capitalismo”. Essa é, para o Movimento, “a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST” (FERNANDES, 2000, p.25). Ao construir esse diagnóstico acerca das razões que produziram a necessidade da

Emmanuel, *Théorie critique et critique immanente. Illusio. Théorie critique de la crise: école de Francfort, controverses et interprétations*, Paris, n. 10/11, 2013. p. 270-271.

luta pela terra, o MST deixa transparecer que o acirramento dos conflitos é produto da “expansão do capitalismo no campo [...] e da não realização da reforma agrária” (FERNANDES, 2000, p.44).

A posição anticapitalista aparece já no relatório do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os primeiros princípios que organizaram o MST no momento de seu surgimento podem ser resumidos em 4 grandes eixos: (1) Lutar pela reforma agrária; (2) lutar por uma sociedade justa, fraterna e *acabar com o capitalismo*; (3) integrar a categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc; (4) [garantir] a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver (FERNANDES, 2000, p.83. Grifo meu).

Vale notar que o Movimento não reivindica a matriz revolucionária como meio de alcançar suas demandas. Como consta em publicação oficial do Movimento, a correlação de forças sociais não é favorável para ações dessa natureza. Por isso, a crítica ao capitalismo deve ser feita de modo a “minar” o bloco de poder. Nesse sentido, o MST não se coloca apenas contra o atual modelo agrário, mas também “a favor de outro desenvolvimento, minando por dentro o capitalismo que desumaniza o mundo [...]” (MST, 2011, p.8-9).

As lutas contra as mais variadas formas de preconceito e sofrimento social também compõem o conjunto de demandas que formam a espinha dorsal do Movimento, nesse contexto merece destaque a atenção dada às mulheres.

Tradicionalmente, no meio agrário, o sofrimento produzido pela reprodução da dominação causada pelo comportamento machista é ainda mais acentuada que em ambientes “urbanos”. Nesse sentido, a emancipação feminina é uma das reivindicações incontornáveis do Movimento, de tal modo que “a organização das mulheres é [para o MST] fundamental para a *superação do modelo capitalista* e para por fim à violência sexista”¹⁶. Aqui vale notar que a demanda por reconhecimento que, de acordo com Honneth, é marca fundamental dos novos movimentos sociais, está presente de forma

¹⁶ <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>> No Caderno de formação nº2, em que o tema foi “A mulher sem terra”, há uma narrativa “didática” que procura, de modo claro, apontar os motivos que fazem com que as mulheres sejam sobre-exploradas no interior de sociedades capitalistas. O capitalismo precisa das mulheres, ressalta o texto, para que elas produzam “mão de obra barata” e entreguem seus “filhos e filhas prontos para serem explorados(as), nas fazendas, fábricas, etc”. Assim, prossegue, as mulheres continuam “com a jornada dupla de trabalho, para que [...] não tenham tempo para participar de nada, deixando-as alienadas do contexto da sociedade, com isso, não precisa pagar um salário maior, nem pagar um preço justo pelos produtos agrícolas, já que o trabalho de casa não é pago, nem valorizado (MST, s/d, p.8).

incisiva. Contudo, ela é sempre articulada ao princípio da superação do capitalismo, o que em última análise nos permite compreender que, para o MST, a demanda de justiça de gênero não pode ser pensada sem estar articulada à crítica anticapitalista. Nota-se que a compreensão do Movimento não é que a dominação feminina só poderá ser combatida e superada em outra sociedade, não se trata de uma determinação unilateral da economia sobre a cultura, mas sim de não naturalizar nenhum aspecto da dominação quando o tema é a emancipação feminina¹⁷.

O contexto das lutas que constituem o combustível que mantém vivo o Movimento carrega consigo outro elemento relevante e que merece ser posto em relevo, a saber, a noção de utopia. A crença em um futuro livre do sofrimento, da exploração e que garanta as condições de uma vida digna é forjada não apenas como uma esperança de natureza religiosa, mas também a partir do diagnóstico construído no dia a dia em que são semeadas as dificuldades, mas também as possibilidades de superá-las pela luta. Em texto presente no *Caderno de formação* de 2009, Ademar Bogos destaca:

Os avanços tecnológicos facilitam muito as coisas, mas concentram cada vez mais renda e excluem cada vez mais o ser humano, limitando-lhes as alternativas de sobrevivência”. Mas é exatamente por isso, continua, “que os lutadores do povo precisam acreditar na possibilidade de fazer as coisas acontecerem de outra forma. A *utopia* está viva na linha do horizonte (MST, 2009, p.69. grifo meu).

Em fevereiro de 2014, o MST realizou seu 6º Congresso Nacional. Naquela oportunidade foi produzida uma Cartilha do programa agrário, na qual o Movimento afirma que sua tarefa é construir “uma reforma agrária popular como uma missão estratégica, *vinculada a luta política contra o capitalismo e por um projeto popular*” (MST, 2014, p.50-51. grifo meu). Um sem número de exemplos poderiam ser encontrados em documentos oficiais e textos de intervenção que o Movimento produz e que torna claro o aspecto anticapitalista como um elemento presente em suas lutas¹⁸.

Entretanto, vale mostrar que esses princípios não são apenas bússolas que norteiam teoricamente o Movimento. Mesmo que o MST tenha vivido seu auge de

¹⁷ Luc Boltanski nos alerta acerca da capacidade que o capitalismo possui de absorver a crítica transformando-a em elemento capaz de contribuir para o aprimoramento de sua própria eficácia. Cf. Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009. Especialmente a conclusão: “Papel da crítica na renovação do capitalismo” p.234 ss.

¹⁸ Como afirma Susana Bleil, viver em uma cooperativa do MST é uma aposta contra o capitalismo. Cf. Bleil, Susana, *Vie et luttés des sans terre au sud du Brésil*. Paris, Karthala, 2012. p.324.

visibilidade pública nos anos do governo FHC, ainda hoje as mobilizações são frequentes e a repressão, quase sempre violenta e desmedida, também. Para ilustrar a vivacidade do Movimento, vale destacar que nos últimos dois anos o MST realizou manifestações em dezenas de cidades. A maioria delas teve como demandas questões ligadas a posse de terra. No ano de 2014, em 09 de outubro, cerca de 2000 pessoas realizaram marcha para reivindicar a desapropriação de terras no estado de Goiás. Em 25 de setembro, mais de 1000 acampados fecharam as rodovias que dão acesso ao estado da Paraíba para denunciar a demora na desapropriação de terras pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Em 22 de setembro, no estado do Mato Grosso, houve manifestação em que cerca de 1000 pessoas reivindicavam maior agilidade no processo de reforma agrária para assentar as famílias acampadas em todo estado. Em 11 de setembro, integrantes do MST bloquearam a rodovia Castelo Branco no estado de São Paulo para protestar contra a morosidade da reforma agrária no país e contra a ausência dessa questão, à época, nos debates presidenciais. Em 10 de setembro, dessa vez no estado do Rio Grande do Norte, mais de 3000 manifestantes também reivindicaram maior agilidade em relação ao processo de reforma agrária naquele estado. Em julho de 2015, mais de 280 famílias ocuparam fazenda com mais de 1.500 hectares, em Córrego do Salo, no extremo-sul da Bahia. Em 22 de setembro do mesmo ano, famílias ocuparam duas áreas de uma usina no município de Santa Helena de Goiás, no estado de Goiás; a ocupação que começou com 200 pessoas, dezenove dias depois, contava com cerca de 4 mil pessoas. Para José Valdir Misnerovicz, da coordenação estadual do MST, “o alto número de pessoas que aderiram à ocupação reflete a atual situação política e econômica do país”.¹⁹ O Movimento atua também na defesa da educação pública e gratuita, como ilustra a manifestação realizada por mais de 150 pais e alunos do assentamento de Xanxerê (SC), em fevereiro de 2016. No mesmo mês, na cidade de Wagner, estado da Bahia, ocorreu ocupação da Prefeitura da cidade após uma marcha realizada pelo Movimento. No percurso, os trabalhadores denunciaram as contradições do agronegócio e pautaram a necessidade de os órgãos competentes realizarem a revitalização do Rio Utinga, que banha a zona rural e urbana do município. Exemplos dessa natureza poderiam ser elencados até a exaustão.

¹⁹ Cf. <http://www.mst.org.br/2015/10/07/quatro-mil-sem-terra-ocupam-fazenda-santa-helena-em-goias.html>. Todas as informações relativas aos dados que indicam as ações realizadas pelo MST nos últimos meses foram retiradas do site oficial do Movimento.

Ações semelhantes são realizadas frequentemente em todo Brasil, o que nos permite compreender que não são apenas os princípios expostos nos documentos e nas decisões coletivas que caracterizam o MST enquanto movimento capaz de ampliar o debate para além de demandas por reconhecimento de direitos. Ao contrário, tais manifestações públicas apontam o MST como um ator social capaz de resolver a disjuntiva pensada por Raffaele Laudani (2013, p. 104), segundo a qual os movimentos sociais ainda estão amplamente ligados a uma concepção de política capaz de denunciar a falência da política tradicional. Entretanto, ao mesmo tempo, acreditam que as decisões políticas realmente relevantes devem se produzir nos grandes palácios do poder.

Nesse sentido, é possível compreender que as lutas do MST não são apenas por reconhecimento de seu direito legítimo à terra. O Movimento luta também por uma forma de reconhecimento que redistribua as riquezas produzidas socialmente, o que talvez não destoe daquilo que é defendido por Axel Honneth. No entanto, um dos aspectos incontornáveis para o MST é a clara necessidade de manter o anticapitalismo na pauta de suas reivindicações. Se, por um lado, a luta pela terra é a demanda mais objetiva e clara do ponto de vista mais imediato, nem por isso o Movimento se abstém de uma luta por reivindicações de longo prazo. O Movimento visa a conquista da terra, do trabalho, da dignidade e da cidadania, e nesse sentido, os conflitos constroem uma arena pública em que se encontram os sem-terra e as instituições estatais. A pressão do movimento em relação às instituições tem como objetivo garantir não apenas o direito a terra, mas também “políticas de desenvolvimento” como “o crédito agrícola, a educação, o cooperativismo etc” (FERNANDES, 2000, p.54). É possível perceber, portanto, que a luta pela terra e pela reforma agrária é um dos elementos que compõem a pauta de reivindicações do MST, e certamente é o mais importante considerando-se o curto prazo; porém, ele é apenas o elemento mais visível da luta e, possivelmente, aquele que politicamente melhor seja capaz de reunir os anseios e angústias de seus militantes. Os sem-terra são camponeses expropriados da terra ou com pouca terra e suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e, conseqüentemente, pela transformação da sociedade. Eles questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, *lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa* em nome da justiça (MARTINS, 1984, p.88. grifo meu). Nesse sentido, suas bases vão além de uma luta por reconhecimento ético ou por redistribuição, pois há também uma pauta anticapitalista que é levada a cabo, por exemplo, pela preocupação

com a formação de seus integrantes, através da ENFF²⁰.

Com isso, parece ser possível supor que a compreensão de Habermas, segundo a qual os novos movimentos sociais “apenas” reagiriam a “*situações problema* específicas” e estariam preocupados somente com a “*gramática das [novas] formas de vida*”, pode ser compreendida como um diagnóstico parcial. Se tomarmos como exemplo o modo com que o MST procura tratar a questão de gênero, como vimos acima, veremos que ela está intrinsecamente ligada à crítica das formas de vida hegemônicas presentes no capitalismo. Ainda que seja também uma demanda por reconhecimento, tal como Honneth compreende a luta dos novos movimentos sociais, o MST não reduz suas reivindicações às lutas por reconhecimento das diferenças, sejam elas morais ou materiais. Mesmo a bandeira mais importante do Movimento, a reforma agrária, é pensada sempre articulada à necessidade de superação do capitalismo. Como ressalta a cartilha publicada no início de 2014, a reforma agrária popular é vista como uma missão estratégica “*vinculada à luta política contra o capitalismo*”. Desse modo, as abordagens propostas por Habermas, e mesmo por Honneth, parecem insuficientes para dar conta das complexidades e da riqueza política de um movimento social com as características e contradições que compõem o MST. E talvez, entre as características levadas a cabo por esse Movimento, e que o pensamento dos dois autores alemães não consegue alcançar, as mais importantes sejam exatamente os elementos anticapitalistas.

3. Conclusão

O que pretendi arrolar aqui foram aspectos, práticos e teóricos, capazes de recolocar na pauta do diagnóstico crítico experiências políticas de movimentos sociais que não retiraram por completo o elemento anticapitalista de suas agendas. Contrariamente ao que apontam Habermas e Honneth, há movimentos sociais que não articulam suas demandas “apenas” como “reação a *situações problema* específicos” ou a lutas por reconhecimento moral e jurídico. Se a busca pela emancipação das formas de dominação vigentes é um dos aspectos que constroem a Filosofia social, então a não

²⁰ A escola do MST deve ser um lugar que mostre “[...] a realidade do *povo trabalhador*, da roça e da cidade. Mostre o porquê de toda exploração, o sofrimento e a miséria da maioria. Mostre o porquê do enriquecimento de alguns. Mostre o caminho de como transformar a sociedade”. Além do propósito de “mostrar a realidade” para seus integrantes, os princípios que regem o funcionamento das escolas do MST pretendem discutir como “deve funcionar a nova sociedade que os trabalhadores estão construindo”(MST, 1999, p.5. grifos no original).

naturalização do capitalismo deve ser parte fundamental do seu trabalho. As formas de sofrimento social causadas pelo capitalismo²¹ constituem elementos incontornáveis para o teórico crítico, portanto – diferente do que Habermas parece destacar (HABERMAS, 1981, p.33) – demandas anticapitalistas não podem ser condenadas a elementos constitutivos dos “velhos” movimentos sociais. Como ressalta Gemma Edwards (2004, p. 119), a mudança da percepção dos conflitos sociais do paradigma capital/trabalho para o paradigma sistema/mundada vida pode ser, no mínimo, desafiado.

Contudo, o trabalho crítico não pode ser desenvolvido sem que os potenciais emancipatórios tenham algum ancoramento no real. A realidade precisa apresentar as tendências e possibilidades de superação das formas de dominação vigentes e os movimentos sociais estão entre aqueles que podem ser os portadores dessa superação, restando ao teórico diagnosticar os potenciais e torná-los conceitualmente visíveis²². Nesse sentido, se não há movimentos sociais que tornem públicas ações políticas e princípios anticapitalistas, o teórico não pode – *a fórceps* – por em discussão a superação desse modo de organização social. Contudo, inúmeros trabalhos apontam que há no mundo hoje, especialmente em países fora do círculo dominante do capitalismo central (leia-se, alguns países da Europa – Alemanha, França e Inglaterra – e EUA) movimentos que apontam criticamente para as mazelas produzidas pelo capitalismo.²³ No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode ser tomado como um movimento social que une anticapitalismo às suas demandas por terra e pelo seu uso sustentável, por trabalho, pela erradicação da pobreza no campo, entre tantas outras

²¹ Sobre a relação entre sofrimento social e capitalismo, ver: RENAULT, Emmanuel, *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008 (especialmente o cap. II, seção 3, “Capitalisme et souffrance”).

²² Como afirma Pinzani (2012, p. 91): “precisamos de uma posição que seja imanente à própria sociedade, mas que não fique presa aos mecanismos de alienação e dominação que devem ser objeto de crítica; e precisamos de uma posição que ouça a voz das vítimas de tais mecanismos, levando em conta a possibilidade de que tal voz seja distorcida pelos próprios mecanismos em questão” (grifo meu).

²³ Cf. Mirza, C.A. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: Clacso, 2006. No cap. IV do referido trabalho, Mirza elenca 5 teses que pretendem apontar algumas possibilidades a serem construídas pelos movimentos sociais latino americanos. Na tese 2, ele afirma que a conformação de algumas plataformas e reivindicações de movimentos sociais podem contribuir para ampliar suas próprias capacidades. Os princípios orientadores dessa ação social coletiva poderiam ser reduzidos a três: (1) a reivindicação de uma democracia substantiva e inclusiva (expansão da cidadania, pleno exercício dos direitos sociais e políticos); (2) a luta pela soberania e pela emancipação latino americana e de todas as nações do mundo subdesenvolvido (lutas contra a hegemonia imperial e o controle das corporações multinacionais); (3) a geração de novas modalidades de produção e distribuição do poder e da riqueza (lutas contra o modelo neoliberal, *críticas aos modos contemporâneos de acumulação capitalista*). (MIRZA, 2006, p.257-8. grifo meu).

reivindicações.²⁴

Portanto o MST é um ator social importante, capaz de manter na arena dos debates públicos a pauta da superação do sistema que, segundo o próprio movimento, é um dos grandes responsáveis pela situação de sofrimento, desrespeito e invisibilidade social a que os sem-terra são submetidos. Embora se possa reconhecer as dificuldades concretas de se pensar – e de antecipar teoricamente – uma “totalidade que aparece no singular como vida bem-sucedida” (HABERMAS, 1987, p.114), cabe ao teórico crítico não ignorar os potenciais inscritos nos movimentos sociais, tampouco reduzi-los às demandas imediatas por reconhecimento de direitos e defesa de novas formas de vida dentro dos limites postos pela forma atual de organização social [leia-se, capitalismo]. Um olhar dessa natureza certamente faz com que a balança teórica incline-se para construções teóricas que rebaixam o nível de exigência emancipatória e, conseqüentemente, diminuem sua densidade crítica. Isso não significa, absolutamente, que seja possível afirmar que o atual espírito do tempo personificado nos movimentos sociais, nos permite ancorar na realidade alguma forma de ruptura pensada, por exemplo, nos contornos tradicionais da noção de *revolução*. Por outro lado, desconsiderar ou subvalorizar os aspectos anticapitalistas presentes em movimentos sociais como o MST não é apenas um equívoco de diagnóstico, mas também um problema teórico que gera graves conseqüências à dimensão crítica da teoria.

Contudo, para evitar uma compreensão do MST demasiadamente homogênea e idealizada, que não tematize seus limites e dificuldades, vale ressaltar *en passant* algumas contradições que o compõem, notadamente aquela que deriva da absorção, por parte das instituições de poder, de algumas de suas demandas.²⁵ Os atores sociais que formam os movimentos organizados que ainda preservam a necessidade da manutenção de uma pauta anticapitalista não podem ser pensados isoladamente. As ações políticas perpetradas por esses movimentos recolocam incessantemente o problema da relação

²⁴ Outro movimento organizado que ganhou visibilidade pública no Brasil no último período foi o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Suas ocupações de espaços urbanos ociosos tem o intuito de denunciar a especulação imobiliária bem como chamar atenção para a necessidade de uma reforma urbana. Tais demandas tem alcançado um grande apelo popular. Em entrevista concedida em outubro de 2006, Guilherme Boulos - um dos coordenadores nacionais do MTST – afirma que o movimento não é apenas uma luta por moradia, e que eles têm “a clareza de que a *falta de moradia é apenas um dentre os muitos problemas produzidos pelo capitalismo*” (BOULOS, 2006).

²⁵ Para uma análise acerca da relação do MST com governos compostos por correntes que historicamente se colocaram contrárias às demandas do movimento, vale consultar: ALIAGA, Luciana, RUBBO, Deni. A reforma agrária dentro da ordem. São Paulo, *Le Monde Diplomatique*, 16 fevereiro. 2016. <http://diplomatique.org.br/acervo.php?id=3182>

com as instituições de poder. Quando a ação política dos movimentos representa uma real resistência à lógica de funcionamento dos poderes institucionais, rearranjos conjunturais podem ocorrer. Tais rearranjos, ocasionalmente, permitem a participação efetiva de membros dos movimentos em espaços institucionais e o atendimento de demandas que não impactam de modo estrutural no funcionamento sistêmico. Nesse sentido, as instituições mostram certa porosidade em relação às demandas sociais, porém, quase sempre é uma “porosidade seletiva” que frequentemente não permite o atendimento plenas demandas reivindicadas pelos movimentos. O MST corre esse risco constantemente. Não são poucas as críticas, externas e internas ao Movimento, que o acusam de aderir ou mesmo de funcionar como linha auxiliar do atual governo brasileiro, especialmente após a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores. Acerca dessa dificuldade enfrentada pelos movimentos sociais que possuem elementos anticapitalistas, mas ao mesmo tempo se veem pressionados a apoiar projetos e programas que não trazem os mesmos princípios defendidos por eles, vale notar o que ressalta I. Wallerstein:

Vivemos num ambiente mundial caótico e é difícil enxergar com clareza. É mais ou menos como tentar seguir adiante numa grande tempestade de neve. Os que quiserem sobreviver precisam examinar tanto a bússola – para saber em que direção caminhar – quanto o terreno alguns centímetros à frente – para não despencar em algum precipício. A bússola guia nossos objetivos de médio e longo prazo, indica o tipo de novo sistema mundial que queremos construir. Os centímetros à nossa frente são a política do mal menor. Se não nos preocuparmos com ambos estaremos perdidos. *Debatamos o rumo da bússola, ignorando os Estados e os objetivos nacionais. Assumamos, porém, compromissos com ambos no curto prazo, para evitar os abismos.* Desse modo, teremos uma chance de sobrevivência, uma chance de construir um outro mundo possível (WALLERSTEIN, 2008).

Por se manter sempre ligado à busca por emancipação e a crítica anticapitalista, o MST tem que discutir e enfrentar abertamente as contradições inerentes à escolha de participar de “programas progressistas” que, contudo, não são porosos às demandas anticapitalistas. Encontrar a sintonia fina capaz de calibrar o jogo de influências e pressões sistemáticas internas ao poder é uma das árduas tarefas do Movimento, mas ele o faz sem abdicar das pressões das ruas e de ações de enfrentamento ao sistema capitalista. Desse modo, oferece ao teórico o ancoramento necessário para pensar a emancipação sem que seja preciso utilizar-se de idealizações estereis, tampouco sem

reduzi-la à busca por reconhecimento moral mediado pelo direito ou por demandas de maior participação nos processos de formação da opinião e da vontade através de procedimentos democráticos de deliberação.

Voltar o olhar teórico para os problemas e possibilidades internos produzidos pelas contradições sociais a que o Brasil está submetido é uma forma que parece frutífera para oxigenar o pensamento crítico. Nesse sentido, a Filosofia social parece nos apontar um caminho igualmente fértil. Vale destacar o que afirma Razmig Keucheyan quando mostra que a Europa foi o centro de gravidade da produção crítica até a metade do século XX quando, após as duas grandes Guerras, esse centro se deslocou para os Estados Unidos da América. Isso teria sido resultado de uma tendência geral que faz com que a produção teórica siga o percurso da produção em geral. Não, evidentemente, porque “a economia determina [...] as ideias, mas porque as ideias surgem onde se apresentam novos problemas”. Por essa razão, Keucheyan aposta que o pensamento crítico possa ganhar novo fôlego ao se realimentar de problemas surgidos em países como China, Índia ou Brasil (KEUCHEYAN, 2013, p. 10).

Certamente é possível afirmar que a utopia é um dos aspectos mais relevantes que alimenta o sentimento difuso de/da esquerda. Essa utopia, dentre outros elementos igualmente relevantes, é corporificada em termos que transmitem o anseio por um mundo sem exploração do trabalho, sem desigualdades de oportunidades, sem pobreza etc. Para trilhar esse caminho, é imprescindível manter um raciocínio imanente, o que exige, entre outras medidas, notar como o sistema capitalista opera produzindo obstáculos à emancipação e alimenta o crescimento das desigualdades. Não destacar a atuação de movimentos que põem em xeque esses aspectos pode conduzir a uma diminuição da densidade crítica da teoria, o que pode ter como consequência um processo de naturalização dos males de um sistema que perpetua injustiças. Se, finalmente, a Filosofia social pretende manter seu caráter crítico, é imperativo que ela se volte para as questões ligadas ao sofrimento social dos indivíduos e grupos, e às reações políticas, morais e cognitivas produzidas por eles. A experiência de movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode nos ajudar nessa tarefa.

Referências

- ALIAGA, L.; RUBBO, D. A reforma agrária dentro da ordem. São Paulo, *Le MondeDiplomatique*, 16 fevereiro. 2016. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/acervo.php?id=3182>
BLEIL, S. *Vie et luttés des sans terre au sud du Brésil*. Paris: Karthala, 2012.

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOULOS, G. O MTST é mais que um movimento de moradia. São Paulo, 2006. Entrevista concedida a José Afonso Silva. Disponível em <<http://www.lsr-cit.org/movimentos/46-movimentos/170--o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-por-moradia>>. Acesso em: 06/02/2016.
- CUSSET, Y. Lutte sociale et éthique de la discussion. *Actuel Marx*, Paris, 25, 1999, p.123-135.
- EDWARDS, G. Habermas and social movements: what's 'new'? In: CROSSLEY, Nick; ROBERTS, J. M. *After Habermas: new perspectives on the sphere publique*. Oxford, UK: Blackwell publishing, 2004.
- FERNANDES, B. M.. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2000.
- FISCHBACH, F. *Manifeste pour une philosophie sociale*. Éditions La Découverte, Paris, 2009.
- FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York; London: Verso, 2003.
- HABER, S. "Renouveau de la philosophie sociale". In: *Esprit*, n° 383, 2012.
- HABERMAS, J. New social movements. *Telos*, New York, n. 49, p. 33-37, 1981. Texto reimpresso.
- _____. A nova intransparência: a crise do estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 18, 1987.
- _____. *Democracy or capitalism? On the abject spectacle of a capitalistic world society fragmented along national lines*. Disponível em <http://www.resetdoc.org/story/00000022337>. Acesso em 12/01/2016.
- HONNETH, A. *The critique of power: reflective stages in a critical social theory*. Massachusetts: MIT Press ed, 1991.
- _____. Work and instrumental action: on the normative basis of critical theory. In: _____. *The fragmented world of the social*. Albany, NY: Suny Press, 1995.
- _____. The social dynamics of disrespect: situating critical theory today. In: DEWS, Peter (Org.). *Habermas: a critical reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- JAPPE, A. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Revista Limiar*, v. 1, n. 2, 1º semestre 2014. Disponível em <http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-nr2/1._anselm_jappe_-_limiar_n.2.pdf>. Acesso em 29/01/2016.
- KEUCHEYAN, R. *Hémisphère gauche: une cartographie des nouvelles pensées critiques*. Paris: Zones. 2013.
- LAUDANI, R. Pour une théorie critique de l'indignation. *Illusio*. Théorie critique de la crise: école de Francfort, controverses et interprétations, Paris, n. 10/11, 2013.
- LÖWY, M. A mística da revolução. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 de abril, 2001. Caderno Mais!
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARTINS, J. S. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MELO, R. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, 2011.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIRZA, C. A. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- MOLL, K. N. The enduring significance of Axel Honneth's critical conception of work. *Emergent Australasian Philosophers*, Issue, v. 2, p. 01-16, 2009.
- MST. *Caderno de formação n° 2: mulher sem terra, s/d*. Disponível em:

<<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=3275>>. Acesso em 05/01/2016.

_____. *Caderno de formação n° 17: plano nacional do MST 1989-1993*. Junho - 1989. Disponível em:

<<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=3275>>. Acesso em 05/01/2016.

_____. *Caderno de formação n° 18: o que queremos com as escolas dos assentamentos*. Março - 1999. Disponível em:

<<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=3275>>. Acesso em 05/01/2016.

_____. *Caderno de formação 37: valores de uma prática militante*, outubro - 2009. Disponível em:

<<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=327>>. Acesso em 05/01/2016.

_____. *Caderno de formação n. 1: agrotóxicos*, 2011. Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/Campanha-dos-agrotoxicos-lanca-caderno-de-formacao>>. Acesso em 05/01/2016.

_____. *Cartilha do programa agrário do MST*. 2013. Disponível em

<<http://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>>. Acesso em 05/01/2016.

_____. *Combate a violência sexista*. Disponível em

<<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acesso em 05/01/2016.

PEREIRA, L. J. H. *A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia*. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2012.

PINZANI, A. *Habermas*. São Paulo: Artmed, 2009.

_____. Teoria Crítica e justiça social. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n.1. p. 88-106, 2012.

RENAULT, Emmanuel. *Souffrances sociales*. Philosophie, psychologie et politique. Paris: La découverte, 2008.

_____. Théorie critique et critique immanente. *Illusio. Théorie critique de la crise: école de Francfort, controverses et interprétations*, Paris, n. 10/11, 2013.

SILVA, H. A.; RAVAGNANI, H. B. Estruturas e fundamentos sociais: a leitura honnethiana de Habermas. *Transformação*, Marília, v. 36, n. 2, p.155-178, Maio/Agosto, 2013.

SMITH, N. Work and the Struggle for Recognition. *European Journal of Political Theory*, v. 08, n. 01, p. 46-60, 2009.

STREEK, W. As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 92, março, 2012.

VOIROL, O. Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. *Novos Estudos*, São Paulo, n.93. p. 80-99. 2012.

WALLERSTEIN, I. Construir outro mundo em meio à tempestade, São Paulo, *Le Monde Diplomatique*, 18 Julho. 2008.